



Aconteceu

BISPO DE VOLTA REDONDA É AMEAÇADO DE MORTE

Por defender os trabalhadores da cidade e do campo, D. Waldir Calheiros tem recebido várias ameaças de assassinato. Denúncia parte até mesmo de alguns policiais. Criminosos dizem que atentado vai ser feito de forma a parecer acidente. (Última página)

Mossâmedes (GO) — O Popular



O padre Cavazzutti negou a hipótese de vingança como motivo de atentado

Condenado a 18 anos pistoleiro que tentou matar padre Cavazzutti

O atentado foi no interior de Goiás. Pistoleiro pegou o padre numa emboscada e atirou ferindo-o gravemente e a mais dois companheiros que estavam com ele. O padre ficou cego. (Foto) (Pág. 12)

Deputado irritado baixa o nível e agride a anistia

O Deputado Amaral Neto, do PDS, enviou centenas de telegramas aos membros da Anistia Internacional com um texto curto e grosso. Mandou todos à ... (Pág. 4)

Brizola x Lula. Até quando?

Os dois políticos mantêm uma troca de ofensas e agressões pela imprensa, ou até mesmo estimulados pela própria grande imprensa, interessada em desestabilizar as candidaturas de esquerda. (Pág. 3)

Começa a ser dividida a Diocese de São Paulo

O Vaticano já confirmou e parte agora para colocar em prática o plano de retirar os poderes que D. Paulo Evaristo Arns detinha em São Paulo. A Arquidiocese passa agora a ter quatro regiões distintas. (Pág. 14)

Congresso aprova projeto que põe racista na cadeia

O dono de bar que não servir um negro, ou síndico de prédio que lhe proibir o uso do elevador social poderão ser condenados de um a três anos de reclusão, de acordo com o projeto de lei do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), aprovado dia 13, por unanimidade, pela Câmara dos Deputados. O projeto, já remetido para a sanção do presidente José Sarney, deverá entrar em vigor ainda este ano.

Aprovado no ano do centenário da abolição da escravidão, o projeto, além de definir os crimes que caracterizam racismo, estabelece as penas para eles. De acordo com a Constituição de 5 de outubro - a partir de emenda também de Caó - o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Para Caó, não foi uma vitória exclusiva do movimento negro, mas de todos os segmentos democráticos do país. "A regra do racismo brasileiro é a do disfarce. Ninguém admite que é racista. O preconceito não atinge só os negros, e sim a todas as raças espalhadas por este imenso país."

Há 37 anos, em 1951, foi aprovado uma lei do senador Afonso Arinos que caracteriza a prática do racismo como contravenção penal. Até hoje não há registro de nenhum caso de prisão em consequência de sua aplicação.

Crimes e penas

O projeto de Caó define os seguintes casos:

- Impedimento de ingresso a qualquer cargo da administração direta ou indireta, ou concessionárias de serviço público. De dois

a cinco anos de reclusão.

- Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender cliente ou comprador. De um a três anos de reclusão.

- Recusar, negar ou impedir o ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público, de qualquer grau. De três a cinco anos de reclusão.

- Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel ou qualquer estabelecimento similar. De três a cinco anos de reclusão.

- Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, estabelecimentos esportivos, casas de diversões, clubes sociais, cabeleireiros, barbearias, casas de massagem. De um a três anos de reclusão.

- Impedir acesso a entradas sociais de edifícios públicos ou residências, e elevadores ou escadas de acesso aos mesmos. De um a três anos de reclusão.

- Impedir acesso ou o uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte. De um a três anos de reclusão.

- Impedir, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social. De dois a três anos de reclusão.

- Impedir ou obstar acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas. De dois a três anos de reclusão.

- Discriminar alguém por razões econômicas, sociais ou religiosas em local de trabalho, em público, ou reuniões sociais. De dois a três anos de reclusão. (JB - 15/12/88)

Aconteceu nº 484 -
dezembro 1988
CEDI Centro
Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98
Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro -
RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira

Editora assistente
Ligia Dutra

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Katia Simões
Dalva Celeste

Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera

Distribuição
Ricardo Justo

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações

Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala
(Coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luis Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão
Ribeiro
Xico Teixeira

Agora no Brasil a edição em português do jornal BARRICADA continua.
Maiores informações, cartas para "Temorana Notícias", Av. Franklin Roosevelt, 39-418 - RJ - CEP - 20.021



BARRICADA
EDIÇÃO EM PORTUGUÊS DO
JORNAL INTERNACIONAL DA FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Internacional

Brizola denuncia militantes "profissionais"

O virtual candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, disse dia 17 em Brasília que "as instituições do país devem avaliar de maneira concreta" o que considera "uma grave irregularidade": A existência de "militantes profissionalizados que têm sua atuação partidária financiada por entidades do exterior, ligadas a Igreja e a fundações". Ele não quis acusar diretamente o PT de receber fundos do exterior - o que a Constituição atual não permite -, mas disse que "há centenas, milhares de militantes profissionais no país, que recebem 600 dólares mensais.

Brizola disse que o dinheiro que recebeu "de Cuba e de outros países, como a França e a Alemanha", durante seu período de exílio "não pode ser comparado a isso, porque era uma ajuda humanitária". Segundo o ex-governador do Rio, a profissionalização da militância "deixa os partidos políticos em situação de-



Brizola esteve em Brasília para o encontro do PDT e atacou o PT e a igreja
sigual". (Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Lula reage e vê Brizola delirando

"O Brizola está com febre e delira". Esta foi a reação do deputado federal Luís Ignácio Lula da Silva (PT), ao tomar conhecimento, dia 18, em sua residência em São Bernardo do Campo, das declarações feitas pelo presidente nacional do PDT, Leonel Brizola. O futuro prefeito de Diadema, José Augusto Ramos (PT), também criticou o dirigente petetista: "Todo o político tem o direito de falar o que pensa, mas o que Brizola disse não condiz com a realidade. Provavelmente, ele já está sentindo o peso da derrota do projeto pessoal em que trabalha há tantos anos, pois o PT se viabilizou nacionalmente e as perspectivas de Brizola chegar à Presidência da República foram por água abaixo"

Inicialmente, Lula disse que "nada" tinha a comentar sobre o assunto. Depois, concordou em falar sobre a denúncia e finalizou: "São atitudes próprias de um homem que está com mais de 60 anos de idade e delirando". Para Ramos, "a Igreja, enquanto instituição, nada tem a ver com o PT". O futuro prefeito de Diadema entende que é uma opção pessoal dos "dos militantes cristãos" ligados às Comunidades Eclesiais de Base ou à Igreja progressista escolher seu partido. "Se o PT, através de suas propostas e práticas políticas, tem algo semelhante, nada tem demais estarmos juntos", concluiu. (Última Hora - 19/12/88)

D. Luciano diz que igreja financia siglas

"Um equívoco". Foi assim que o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Luciano Mendes de Almeida, entendeu a acusação do candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, de que entidades ligadas à Igreja Católica estariam recebendo colaborações estrangeiras para financiar militantes partidários profissionais no Brasil. "Não há ligação entre a Igreja e os partidos políticos, em particular. A Igreja está ligada a programas, a valores que dignificam a pessoa humana e aplaude quando os partidos se apro-

ximam destas aspirações", disse Dom Luciano.

O presidente da CNBB disse que não há "nenhum repasse de verbas em benefício de partidos". Assegurou que existem associações e movimentos populares muito incentivados por comunidades do Brasil e fora do país, que buscam o bem dos marginalizados. "A Igreja se liga àqueles que seguem as propostas do Evangelho e está aberta para uma democracia a cada dia mais participativa, que deveria estar de acordo com os anseios do povo brasileiro". (JB - 19/12/88)

Parlamentar quer receber Cz\$ 7,6 milhões no Brasil. Quem paga é o povo

Os presidentes da Câmara dos deputados, Ulysses Guimarães, e o do Senado, Humberto Lucena, vão decidir até 20 de janeiro se ratificam ou não o aumento dos subsídios dos parlamentares para Cz\$ 7,6 milhões. Os deputados e senadores, que haviam aprovado em novembro a elevação de seus subsídios para Cz\$ 4,7 milhões - como compensação pelo pagamento do Imposto de Renda sobre o rendimento bruto - foram beneficiados por uma manobra comandada na noite de quinta-feira passada pelo líder do PMDB no Senado, se-

nador Ronan Tito, que estendeu aos congressistas o aumento de 60% concedido ao funcionalismo federal.

Tito instruiu o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) a apresentar um requerimento para verificação de presenças, que provocou o encerramento da sessão do Senado por falta de quórum. Com isso, não foi apreciado o projeto que vedava a aplicação do aumento de 60% que o funcionalismo terá em janeiro aos subsídios dos parlamentares. (JB - 20/12/88)

Deputado responde a Anistia com palavrão

É compreensível que o cidadão japonês Tetso Tsuchikawa, voluntário da Anistia Internacional, tenha arregalado os olhos ao receber uma mensagem natalina vinda do outro lado da Terra, do longínquo Brasil, mais precisamente do gabinete do líder do PDS na Câmara dos Deputados, Amaral Netto (RJ). O cartão, numa salada linguística que mistura um palavrão em inglês com palavras francesas, dizia: "**Bull shit pour la Amnesty Internacional**".

Da mesma forma que Tetso, outros 119 cidadãos de vários países (Estados Unidos, França, Austrália e Itália entre outros) receberam mensagem semelhante do deputado brasileiro. Os franceses tiveram o **bull shit** substituído por **merde**, enquanto um cidadão português foi desacatado, via postal, nos seguintes termos: "Se o senhor fala francês, é merde. Se não, é m... mesmo, e em dobro".

A desafortada correspondência enviada pelo deputado Amaral Netto é, segundo ele, a resposta mais educada que encontrou para os 120 membros da Anistia, que inundaram seu gabinete com cartas, pedindo apoio na luta pela defesa dos direitos humanos e pelo fim da pena de morte em todo o mundo. Amaral Netto, ex-repórter, é defensor da pena de morte, e amarga até hoje a rejeição de sua emenda pela Constituinte.

"Foi o melhor que eu pude fazer. Eu devia mesmo era mandar todos eles à P.Q.P.", vocifera o parlamentar. "Eu não admito estrangeiro metendo o bedelho aqui dentro do meu país. Essa tal de Anistia é uma palhaçada, e eu não admito que venha me dar lição". Amaral

Netto declara-se ansioso pela reação dos cidadãos que receberam sua mensagem. "Estou esperando a resposta. Eles têm meu endereço, só quero ver", provoca.

Ignorância

O presidente da seção brasileira da Anistia Internacional, Carlos Alberto Idoeta, avisa, no entanto, que o organismo não pretende polemizar com o deputado. "É uma pessoa que guarda raiva da Anistia, porque nós ajudamos a derrubar a pena de morte na Constituinte", comenta.

"Eu lamento duas vezes, como presidente da Anistia do Brasil e como contribuinte, já que ele está usando dinheiro público para denegrir a imagem do país no exterior. Já pensou o que pode pensar um escadinavo que manda uma carta em defesa dos direitos humanos e recebe um palavrão como resposta?", questiona ele.

Carlos Alberto informa que o Secretariado Internacional da Anistia, com sede em Londres, já recebeu os primeiros protestos de cidadãos brindados com os cartões do deputado brasileiro. "Estão todos simplesmente estupefatos", afirma.

Estupefação à parte, a Anistia Internacional conseguiu arrecadar com a Campanha "Direitos Humanos Agora", nada menos que 2,9 milhões de assinaturas em todo o mundo, pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cem mil dessas assinaturas foram obtidas no Brasil. (JB - 15/12/88)

Condenado a 18 anos pistoleiro que cegou padre

Por 4 votos a 3, o pistoleiro Antônio Marcelino, de 30 anos, foi condenado pelo júri popular de Mossamedes, a 120 quilômetros de Goiânia, em Goiás, pelo crime de tentativa de homicídio, praticado através de emboscada, contra o padre italiano Francisco Cavazzuti, além de lesões corporais graves no próprio sacerdote. Os disparos efetuados por Antônio Marcelino saíram de uma espingarda de chumbo, que amplia o raio de ação dos tiros.

A acusação pediu e conseguiu a pena máxima para o pistoleiro: 18 anos, diminuídos de um terço, seis anos, por ser réu primário e de bons antecedentes. Dos 12 restantes, somente será dada a liberdade condicional de Antônio Marcelino após completado um terço da pena, ou seja, no mínimo permanecerá preso pelos próximos quatro anos.

Os advogados de acusação, Luiz Eduardo Greenhalgh, vice-prefeito eleito de São Paulo, e Leônidas Arruda, ligado à Comissão da Terra (CPT), sustentaram, nos debates, que Antonio Marcelino não agiu sozinho, havendo mandantes para os crimes. O réu, ao ser interrogado, em momento algum citou outros nomes, ratificando seus depoimentos anteriores, nos quais assumia inteira responsabilidade pelo crime, interessado na morte do padre Cavazzuti por ele ter-se recusado a batizar seu filho, hipótese de imediato descartada pelo padre, que

apresentou o batistério, documento oficial da paróquia comprovando a realização do batismo.

Igreja mobilizada

O julgamento começou às 12h30 de quarta-feira, 14 de dezembro, terminando somente às sete da manhã do dia seguinte, quando a sentença foi lida. Centenas de pessoas ocupavam todas as dependências e as proximidades do fórum. Amigos e fiéis do padre "Chico" vieram de várias comunidades vizinhas, de ônibus, carroças, bicicletas e caminhões, além de diversas entidades de Goiânia que acompanharam o julgamento. Padre Francisco, o segundo a ser interrogado, somente ausentou-se da sala de julgamento por poucos minutos.

A defesa sustentou ainda a participação, como mandantes, do fazendeiro Sebastião Miranda, do atual prefeito de Sancrelândia pelo PMDB, Onilton Lagares de Faria, e do vereador também do PMDB Euripedes Ferreira Gomes, que foi, curiosamente, um dos advogados de defesa de Antonio Marcelino.

A Justiça Italiana, que montou um processo paralelo, fazendo suas próprias investigações e coleta de dados, com autorização do STF, já indiciou os três como mandantes do crime. (Agen - 15/12/88)

Lavrador encontrado morto na Fazenda Acesita

Foi encontrado morto, dia 15 de dezembro o lavrador Hamilton Santos Moura, um dos trabalhadores rurais acampados na Fazenda Acesita, localizada na cidade de Conceição da Barra, norte do Espírito Santo. O corpo de Hamilton apresentava três perfurações de bala nas costas. Pelo adiantado estado de decomposição em que se encontrava, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra presume que ele pode ter sido morto no dia 10, quando saiu do acampamento para visitar alguns familiares em Linhares.

Hamilton é um dos integrantes das 500 famílias de sem terra que desde setembro ocupam 1.500 hectares dos 17 mil hectares pertencentes à Fazenda Acesita. De acordo com o

Movimento dos Sem Terra, o governo estadual e o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad) comprometeram-se a assentar as famílias até 15 de outubro o que não foi cumprido.

Com isso, o clima na área passou a ficar tenso, tendo ocorridos vários atentados contra lideranças dos trabalhadores rurais. A 17 de novembro, foi vítima de atentado, na cidade de São Mateus, José Rainha Junior, membro da executiva nacional do movimento. A 29 de outubro, o pastor metodista Jaider Batista e quatro lideranças dos sem terra foram presos, quando se dirigiam à Fazenda da Acesita, para prestar solidariedade aos acampados. (Agen - 15/12/88)

STF não susta o processo contra índios

Pelo menos um dos processos enviados para a análise do Supremo Tribunal Federal, pedindo a sustação do processo contra os índios Paulo Paiakan e Kube-I Kaiapó, que são acusados de co-autoria em crime previsto na Lei dos Estrangeiros, cujo réu é o antropólogo norte-americano Darrel Posey, foi indeferido: o que foi remetido ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, enviado ao STF no dia 20 de setembro.

Em ofício enviado no dia 28 de novembro ao juiz federal da 3ª Vara de Justiça Federal, ministro Gueiros Leite, do STF, comunicou que em sessão realizada no 22 do mês passado, o Conselho, julgando o pedido do presidente da OAB, teve a seguinte decisão: "Por unanimidade de votos, não conheceu da correição".

No telex enviado ao presidente do STF, ministro Rafael Mayer, o presidente da OAB relatou o processo em curso na 3ª Vara da Justiça Federal em

Belém, e disse ser "intolerável que a Justiça Brasileira se exponha dessa forma ao opróbrio internacional, dando curso a processo tão odioso". O corregedor-geral do Supremo, ministro José Cândido, remeteu cópia do telex de Márcio Bastos ao juiz em Belém, solicitando informações. Depois de receber a resposta, o pedido de sustação foi levado a julgamento e indeferido.

Ainda restam dois habeas-corpus impetrados junto ao Supremo pedindo a extinção do processo. Somente a concessão dessa ordem determinará sua paralisação. O juiz Iran Velasco, que preside o processo, até dia 2 não havia despachado os autos de perícia dos índios, solicitado pelo representante do Ministério Público. Depois que o antropólogo indiciado para a junta pericial recusou-se a participar dos trabalhos, o Ministério Público opinou para que a perícia fosse feita somente com psicólogos e psiquiatras, já designados. (O Liberal - 03/12/88)

Funai diz que vai tirar garimpo de Yanomami

A Funai está desencadeando uma operação conjunta com o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e a Polícia Federal para retirar os 100 garimpeiros que invadiram a reserva indígena Yanomami, no Parque Nacional do Pico da Neblina (Roraima).

A operação, segundo o superintendente da Funai, Celmo Alencar, se desenvolve a partir da pista

do Picão, localizado a oeste da serra do Surucucu, em Roraima, próximo à divisa com a Venezuela. Alencar disse que os garimpeiros invadiram a área indígena de Yanomami com o objetivo de expandir o território de mineração na região. Segundo o superintendente da Funai, foi solicitada à PF punição dos invasores. (Folha de São Paulo - 14/12/88)

Funai encontra índios isolados em Rondônia

Um grupo de oito pessoas da Fundação Nacional do Índio (Funai) está trabalhando há três meses na região da reserva biológica do Guaporé, no município de Santa Luzia (600 km a noroeste de Porto Velho-RO) para delimitar a área de um grupo de índios isolados - que não tiveram contato com brasileiros ou neo-brasileiros. Eles identificaram o grupo como pertencentes ao tronco Tupi, família Tupari, que deve ter em torno de 50 a cem pessoas.

O superintendente da Funai nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, Nilson Campos Moreira, está em Porto Velho. Ele informou que o objetivo não é contratar estes índios, mas definir um cinturão de proteção para eles. "Estamos discutindo com o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) o estabelecimento deste cinturão, pois

a área é rica em madeira e minérios", explicou. Nilson Moreira disse também que a Funai estuda a oportunidade de ser feito um ato de interdição administrativa da área. "Temos provas de que esta área indígena é imemorial.

A área da reserva biológica do Guaporé é de 500 mil hectares e o território deste grupo isolado ficará dentro da reserva. Perto da área há cerca de 400 invasores que devem ser retirados da região. Os indígenas da Funai encontraram trilhas com uma lasca de madeira pontiaguda que serve para defesa dos índios. Segundo assessores do setor de índios isolados, isto pode significar que o grupo já contactou com brancos e se sentiu ameaçado. (Folha de S. Paulo - 15/12/88)

Causa indígena conta com 8 índios vereadores

A causa indígena promete agitar os debates nas Câmaras de Vereadores de vários municípios amazônicos, com a eleição de pelo menos oito índios para desempenhar um mandato parlamentar no próximo ano. São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Amazonas e Normandia, em Roraima, terão em suas Câmaras a presença de representantes que, por certo, haverão de levar a problemática das populações indígenas às tribunas para um constante e eficiente debate.

Um levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio a nível nacional mostrou que pelo menos 107 indígenas candidataram-se a cargos eletivos nas eleições do último dia 15 de novembro, em diversos municípios brasileiros. No entanto, um grande número não conseguir votos suficientes para conquistar um mandato popular.

No município amazonense de São Gabriel da Cachoeira as chances dos candidatos foram bem maiores, considerando-se que cerca de 90% de eleitores são de origem indígena. Al-

tair Ignácio Cardoso (PFL) pertencente a etnia Tucano acabou sendo o vereador mais votado do pleito.

Em São Gabriel da Cachoeira está assegurada, além da eleição de Altair Ignácio Cardoso como o candidato mais votado, a vitória do Tariano Odilon Cruz Pena que obteve a segunda maior votação, e de outro Tucano, Jerminiano Lopes Basílio, quarto mais votado no cômputo geral.

Enquanto isso, na região do alto Solimões os indígenas estarão presentes nas futuras Câmaras Municipais de Tabatinga e São Paulo de Olivença com as eleições pelo voto popular de Pedro Roberto Pereira, José Guedes Pena Azul, Quintino Emiliano Marques e Reinaldo Otaviano do Carmo.

O município de Normandia, em Roraima, elegeu com expressiva votação o Macuxi, Joacir Paulino Fontenele, pertencente à maloca da Raposa, enquanto Julião Viana Pereira assegura o mandato parlamentar no município de Bonfim, caso o número de cadeiras à Câmara Municipal seja aumentada para nove vereadores. (A Crítica - Manaus - 05/12/88)

Capital definitiva do Tocantins afeta Xerente

A futura capital do Estado de Tocantins, que será construída às margens da represa da hidrelétrica Lajeado, abrangerá em sua área parte dos 183 mil hectares da reserva indígena Xerente, onde vivem mais de mil índios há cerca de 150 anos, fixados na região depois de terem sido aldeados por missionários capuchinhos. A presidência da Funai ainda não se pronunciou oficialmente sobre o fato, mas terá que fazê-lo em breve, tendo em vista que a nova Constituição considera as terras indígenas como inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis.

Foi sobre uma aldeia dos Xerente que ergueuse a cidade de Tocantínia, por volta de 1870. Os índios ajudaram a construir sua primeira igreja, e em torno dela se concentrou a população sertaneja, formando um povoado. Antes disso eles ocupavam toda a bacia do Rio Tocantins, desde o Sul de Goiás até o Maranhão, mas centralizados principalmente na região de Tocantínia. Até o final de 1785, os Xerente mantinham apenas relações hostis com os brancos, garimpeiros e bandeirantes que circulavam

pela área, mas em seguida começou a convivência pacífica, com o primeiro aldeamento realizado pelo frei Antônio Ganges. Os índios chegaram a ser transferidos para a região de Carretão, no município de Rubiataba, contudo retornaram ao Norte, devido a um surto de varíola que atacou a tribo e à vida diferente que foram obrigados a levar.

Atualmente, os 1 mil 95 Xerente que sobreviveram estão distribuídos em 13 aldeias no município de Tocantínia, assistidos por cinco postos indígenas da Funai. Os 167 mil 542 hectares de sua área foram demarcados em 1984, restando agora 16 mil para a regularização, na aldeia do Funil. Seu contato com o branco é intenso e antigo, devendo agora, com a construção da nova capital do Tocantins, tornar-se mais frequente, aumentando sua necessidade de bens de consumo que ele não produz. Um dos grandes problemas que estes índios enfrentam hoje é o da discriminação, além da própria subsistência, já que não encontram mais caça e pesca com facilidade, sendo obrigados a gerar recursos para adquirir comida. (O Popular - 09/12/88)

Acontecendo

Surpresa

Especula-se, maliciosamente, que vai mais longe do que se imagina o entusiasmo do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, pela prefeita eleita Luiza Erundina - a quem Amato recebeu com muitos rapapés, dias atrás.

No dia da eleição, Amato disse à televisão que só tinha uma certeza, em relação à eleição em São Paulo: que o seu candidato seria o vencedor.

Ninguém poderia imaginar que o empenho do presidente da Fiesp no pacto social fosse o ponto de fazê-lo notar na candidata do Partido dos Trabalhadores. (Off the Record - Isto É/Señhor - 21/12/88)

Apoio incômodo

Um dirigente do PT debruçava-se sobre uma lista de empresários-eleitores de Luiza Erundina. E concluiu: "Tem muito voto por aí que o PT gostaria que fosse realmente secreto". (Painel Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Regra três

O governador Waldir Pires (BA) está cada vez mais acalentado a disputar a sucessão presidencial pelo PMDB. Para tanto, aposta no rápido declínio de Ulysses Guimarães. (Painel Folha de S. Paulo - 18/12/88)

"Nós quem?"

Um assessor do PC do B puxava conversa com o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

"Nós, que somos marxistas...". E Delgado interrompeu: "Alto lá, eu sou freudiano". (Painel Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Projeto "tucano"

Para a manutenção de sua imagem eleitoral de centro-esquerda, Mário Covas não deseja o apoio formal do PFL à sua candidatura presidencial. Quer apenas a adesão de setores pefelistas liderados pelos senadores Marco Maciel

(PE) e Jorge Bornhausen (SC). (Painel Folha de S. Paulo)

Coadjuvantes

O senador Jarbas Passarinho (PA) está indignado com o papel reservado aos políticos pela coordenação do pacto antiinflacionário. "Nós chegamos à reunião", conta o presidente do PDS, "fomos saudados pelos empresários, pelos trabalhadores, pelo governo e em seguida mandaram a gente embora". (Painel Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Batendo pino

Com exceção de Sarney e do ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ninguém no Palácio do Planalto acredita que o pacto sobreviva a mais duas reuniões. (Painel Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Jogo aberto

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, disse dia 16 estar trabalhando pela candidatura de Sarney à vaga que será aberta em 1991, na bancada de Goiás no Senado. (Painel folha de S. Paulo - 18/12/88)

PCB na PF

O clima de descontração da palestra do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) para 50 delegados da Polícia Federal, na Academia Nacional de Polícia, chegou ao auge quando ele lembrou que o Partido Comunista já teve células organizadas no Exército e na Polícia Militar de São Paulo.

E, depois de uma pausa, arrematou:

- Na Polícia Federal eu não sei, mas esperamos ter, em pouco tempo, núcleos fortes aqui dentro também.

Os delegados riram muito.

Se tinha algum comunista entre eles, preferiu continuar na clandestinidade. (Informe JB - 15/12/88)

Vôo alto

Há um namoro político na praça.
Pode levar o governador cearense Tasso Jereissati a tucanar. (Informe JB - 15/12/88)

Consumo

As 90 toneladas de castanhas portuguesas encomendadas pelas Casas Sendas para repor seu estoque natalino estão desde o dia 7 retidas no porto do Rio.

Motivo: a greve dos marítimos. (Informe JB - 15/12/88)

Não larga

O ministro Aureliano Chaves pretende passar as festas de fim de ano no governo.

Adiou pela enésima vez sua saída. Agora, para janeiro. (Informe JB - 15/12/88)

Reforma

A reforma ministerial parece que sai mesmo.

O governo pretende extinguir os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Administração.

Já o ministro Mailson da Nóbrega fica.

Até porque é difícil encontrar alguém disposto a ocupar o cargo. (Informe JB - 15/12/88)

Contagem

Dentro de exatos onze meses o brasileiro votará para eleger o presidente da República.

A última eleição direta para presidente foi em 1960. (Informe JB - 15/12/88)

Paz social

Sem alarde, foi assinado em Curitiba um acordo trabalhista inédito no país.

Os 30 mil metalúrgicos da região metropolitana da cidade passam a receber, a cada três meses, um acréscimo em seus salários equivalentes

te à diferença entre a soma das URPs dos meses anteriores e a taxa oficial de inflação.

Assim, de três em três meses, para os metalúrgicos curitibanos, a inflação fica "zerada".

Os dirigentes sindicais de empregados e patrões do setor metalúrgico de Curitiba acreditam ter chegado bem próximo da fórmula ideal para o pacto social na questão salarial.

Para fechar o acordo, não houve uma greve sequer. (Informe JB - 15/12/88)

Cortesia

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, ficou irritadíssimo com o seu colega do Paraná, Alvaro Dias, na última terça-feira.

Durante sua estada em Curitiba, onde recebeu a comenda de Cavaleiro da Boca Maldita, Collor foi ao Palácio Iguazu para uma visita a Alvaro.

Ficou chocadíssimo com o chá de cadeira que lhe deu o governador do Paraná e ameaçou convocar a imprensa para uma entrevista no Hotel Del Rey, onde estava hospedado

Avisado pelo prefeito Roberto Requião, que fazia sala a Collor, Alvaro Dias contornou a ameaça, mas não o mau humor com que o governador de Alagoas entrou em seu gabinete. (Informe JB - 15/12/88)

Perigo

Pegar um táxi no Rio se tornou um risco. No sábado, dia 17, o motorista da Brasília, placa TM 7596, que transportava um passageiro do Aeroporto Santos Dumont à Rodoviária, teve seu taxímetro zerado ao passar por um dos muitos buracos que invadiram as ruas dos cariocas. Ao ser alertado pelo passageiro, o morotista fez cara feia e começou a esticar a corrida. Depois quis cobrar arbitrariamente um valor muito superior ao normal. E como o passageiro se negou a pagar, ele, diante de muitas grosserias, arrancou o carro bruscamente e num lugar próximo à rodoviária, mas despovoado, trancou a porta do veículo, só permitindo a saída do passageiro depois de efetuado o pagamento estipulado por ele. Vale dizer que nas imediações estavam dois guardas e uma Patamo da PM.

Sindicalista é sequestrado em São Salvador

Eliseo Córdova, 34, vice-presidente da cooperativa de sindicatos do Instituto Salvadorenho de Seguridade Social (STISS), foi sequestrado em julho passado por um grupo de homens encapuçados e fortemente armados em frente a sua casa em Ilopango, San Salvador, a capital do país.

Junto com Córdova estava seu sobrinho, Ene-mías Hernández, e um vizinho, o promotor Celestino Hernández, que também foram levados. Os três foram amarrados com suas próprias camisas.

Córdova foi levado pelos sequestradores em direção aos quartéis da Brigada de cavalaria. Seu sobrinho e vizinho foram posteriormente libertados sem receber nenhuma explicação sobre o sequestro. Desde então, Córdova nunca mais foi visto.

Os parentes de Córdova acreditam que ele tenha sido feito prisioneiro pela Polícia do Tesouro.

Quando a mulher de Córdova procurou a Guarda Nacional para obter notícias de seu marido, o comandante disse que ela deveria procurar a Polícia do Tesouro. A polícia nega estar com Córdova.

Em 1987, Córdova esteve envolvido numa greve de três meses promovida pelo STISS, que só acabou quando o governo ameaçou proibir o sindicato.

Por favor, enviem cartas pedindo a abertura de um inquérito sobre o "desaparecimento" de Eliseo Córdova e pedindo sua imediata libertação para o ministro do Trabalho e Presidência Social, Lázaro Tadeo Bernal Lizama, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, 21, avenida Norte, 428, San Salvador, El Salvador; e para o presidente José Napoleón Duarte, Casa Presidencial, San Salvador, El Salvador. (Folha de S. Paulo - 18/12/88)

1ª greve geral em 54 anos paralisa a Espanha

Toda a Espanha viveu dia 14 um clima de domingo no meio da semana, com o sucesso da primeira greve geral realizada no país desde 1934. A paralisação de 24 horas foi convocada pela federação sindical Comissões Operárias (CCOO, comunista) e pela União Geral dos Trabalhadores (UGT, socialista), esta última paradoxalmente ligada ao governo do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) do primeiro-ministro Felipe González.

A convocação foi feita a 12 de novembro, depois de fracassarem negociações com o governo por aumentos salariais e de pensões, criações de empregos, ampliações do auxílio-desemprego e revogação de um plano de emprego para os jovens, aprovado pelo governo em outubro mas considerado prejudicial pelos sindicatos.

Reformismo

Em discurso na reunião que o comitê executivo da Confederação Internacional de Organizações Sindicais (CIOSL) realiza em Madri, o secretário geral da UGT, Nicolas Redondo, frisou que se trata de uma greve "reformista, e não revolucionária", mas foi duro em suas críticas. Apesar de reconhecer que foram feitas várias conquistas econômicas "favorecidas por fatores externos", ele qualificou a situação espanhola de "dramática, já que existe no país o maior índice de desemprego do Ocidente e lucros empresariais excessivos e até ultrajantes". Conside-

rou a distribuição de renda na Espanha como "a mais injusta da Europa" e frisou que a perda salarial real chegou a 7%.

O primeiro-ministro Felipe González, que enfrenta com esta greve o maior desafio político desde que assumiu o governo pela primeira vez em 1982, propôs a realização de novas negociações após a greve, em entrevista coletiva convocada a propósito da visita do chanceler.

Domingo

A paralisação foi praticamente total na indústria, nos transportes (ônibus, trens, metrô, táxis), no comércio, no funcionalismo público, em bancos, restaurantes, escolas, na construção civil. Até jogos de futebol e casamentos civis foram cancelados, museus e cinemas fecharam as portas. "Parece uma manhã de domingo em toda a Espanha", comentou um locutor de uma das rádios privadas que mantiveram sua programação informativa.

O aeroporto internacional de Barajas, em Madri, operou dois ou três vôos no início da manhã. Os quatro jornais de circulação nacional e mais de 100 dos 120 outros não saíram. Os dois canais da TV estatal limitaram-se a transmitir dois noticiários de 20 minutos cada, retomando as transmissões somente depois das 18h, por acordo com a direção. As duas estações de rádio estatais fizeram o mesmo. (JB - 15/12/88)

Nova sistemática de aulas causa protesto em São Paulo

Os professores da rede estadual de ensino realizaram ato público dia 15, às 15h, na Praça da República, em protesto contra a nova sistemática de atribuições de aulas, introduzidas pela Secretaria de Educação. Segundo a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a consequência imediata da mudança será a alta rotatividade dos docentes nas unidades de ensino, que implicará em quebra do processo pedagógico desenvolvido em cada escola. A medida envolve 122 mil professores ACTS - Admitidos em Caráter Temporário - de todo Estado, dos quais 8.500 lecionam no Grande ABC.

Portaria da Secretaria de Educação do Estado, publicada no Diário Oficial do último sábado, tira das escolas a prerrogativa de receber incrições a realizar atri-

buição de aulas, responsabilizada que passa exclusivamente às Delegacias de Ensino. Como o critério para escola dos locais de trabalho será a contagem de tempo de serviço um professor de determinada unidade poderá perder a vaga para outro que tenha acumulado mais tempo de atividade em várias escolas.

Além de interrupção do trabalho pedagógico, a medida trará inquietação aos professores que vão ficar sem saber se no ano seguinte continuarão a trabalhar nos mesmos locais. Para evitar que isto aconteça, a Apeoesp ameaça, inclusive, com a possibilidade de recorrer a medidas judiciais, pois entende que a resolução fere o direito de estabilidade dos trabalhadores, garantido pelo novo texto constitucional. (Diário do Grande ABC - 14/12/88)

15% das escolas não elegeram diretor

As oito diretorias regionais de ensino encaminharam dia 12 à Fundação Educacional os dados preliminares sobre os resultados das eleições para diretores de escolas da rede oficial de ensino de Brasília. Entre as 349 escolas, participantes da eleição, 15 por cento, onde havia candidato único, não conseguiram eleger seus diretores por falta de quorum. De acordo com o regulamento da votação, nas escolas com apenas um candidato era necessário que 60 por cento do eleitorado participassem do pleito.

Os dados detalhados sobre a participação da comunidade na votação e o número de votos de cada candidato só serão conhecidos quando as diretorias regionais de ensino encaminharem seus relatórios finais. Inicialmente, a co-

missão eleitoral central calculava que 353 mil pessoas estavam aptas a votar para a direção das escolas públicas. Vários candidatos que já trabalham na direção dos colégios foram reeleitos.

Só na Ceilândia, 26 candidatos foram reeleitos. Mesmo sem dados oficiais, o Sindicato dos Professores estima que somente 45 por cento de alunos e pais aptos a votar participaram da eleição. A fraca participação da comunidade foi compensada pela expressiva votação de professores e funcionários que, segundo a entidade, ficou em cerca de 95 por cento. Esta foi a segunda eleição direta para escolha dos diretores de escolas realizadas na Fundação Educacional. A primeira votação aconteceu em 1985. (Correio Braziliense - 13/12/88)

Rio estuda modo de repor dias perdidos

O secretário municipal de Educação, Moacir de Góis, disse que já foram elaborados três calendários alternativos para a reposição dos 62 dias letivos perdidos pelos alunos das escolas municipais desde 21 de setembro, quando começou a greve do magistério. Uma das possibilidades estudadas é o reinício das aulas a 2 de janeiro, estendendo o ano escolar até 30 de março. Góis afirmou que não aceita a proposta dos professores de aprovação automática sem reposição de aulas, e que os 180 dias exigidos por lei para a duração mínima do ano letivo "são um direito" das 617.709 crianças matriculadas na rede municipal de ensino.

O Cepe (Centro Estadual de Profissionais do Ensino) entregou dia 12 a Moacir de Góis documento oficializando a proposta, aprovada na semana passada em assembléia da categoria. O secretário prometeu levá-lo ao prefeito lembrando, no entanto, que Saturnino Braga já se declarou contrário à decisão. "A escola não é feita para aprovar ou reprovar, mas ensinar", observou o secretário. (JB - 13/12/88)

Crianças sem escola superam 4,5 milhões

O secretário de Ensino Básico do Ministério da Educação José Raimundo de Carvalho, informou que 4,5 milhões de crianças entre 7 e 14 anos, período de escolaridade obrigatória de acordo com a nova Constituição, deixarão de estudar no próximo ano por falta de vagas nas escolas. Para acabar com esse déficit, segundo Carvalho, o Governo precisará construir 500 mil salas de aula nos próximos dez anos.

José Raimundo explicou que o principal problema para acabar com o déficit escolar é a má localização das escolas. Conforme esclareceu ele, o número existente de salas de aula no País seria suficiente para todos os brasileiros terem acesso ao ensino básico e à pré-escola. "O que ocorre é que em algumas regiões existem escolas demais e em outras regiões faltam escolas", disse.

Segundo informou, o MEC está fazendo um estudo de microfocalização das escolas, visando identificar locais onde a demanda por novas vagas é maior. (Correio Braziliense - 10/12/88)

Assine o Aconteceu

Governo vai propor o fim da URP

A próxima reunião do acordo antiinflacionário, marcada para o dia 11 de janeiro, vai discutir o fim da URP (Unidade de Referência de Preços), através da adoção de um indexador único prefixado para preços, salários, poupança, câmbio e aluguéis. Também serão discutidos outros três temas centrais: a política fiscal e monetária que está sendo preparada pela Seplan há três meses; projeto de lei listando as empresas estatais que serão privatizadas ou extintas; e a necessidade de ampliar o nível de adesão de empresários e trabalhadores ao pacto.

“Vamos entrar na segunda fase do acordo com

a execução das medidas que forem necessárias”, disse a economista Dorothea Werneck, representante da Seplan na assessoria técnica do acordo. Segundo ela, as medidas de combate à inflação que estão sendo anunciadas pelo governo para entrar em vigor a partir de janeiro referem-se à execução de uma política monetária de acordo com o orçamento fiscal aprovado pelo Congresso Nacional esta semana. A economista disse ainda que poderá ser previsto algum esquema de reposição para o caso de a taxa de inflação superar o índice prefixado. No caso dos salários, a reposição deverá ocorrer na data do dissídio. (Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Negociações são abertas nas telecomunicações

Em assembléia no final da tarde do dia 14, no Sambódromo, centro do Rio, cerca de 2.500 trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Telecomunicações (Sinttel) se reuniram para tomar conhecimento da reabertura das negociações com a Telebrás. As negociações tinham sido interrompidas no último dia 6. E a partir do dia 7 os trabalhadores da Telerj, Cetel, ECT e Embratel passaram a paralisar setores das empresas em protesto.

Entre as reivindicações, os trabalhadores das quatro empresas que englobam o Sinttel querem a

mudança da data-base de janeiro para novembro. Segundo ainda o diretor Francisco Izidoro a categoria reivindica campanha salarial, das quatro empresas, unificada com piso salarial no Rio de Cz\$ 30 mil. Mais uma reivindicação econômica de 137%, composto de saldo do IPC, 14% de produtividade e 26,06% referente à perda salarial do Plano Bresser. E ainda estabilidade e efetivação dos contratos, gratificação de férias de um salário e extensão de creches para todos.

(JB - 15/12/88)

PT apóia conselhos populares mas não sabe como trabalhar com eles

O Partido dos Trabalhadores (PT) ainda não sabe como trabalhará com os conselhos populares, um dos pontos principais do programa de Luiza Erundina, a prefeita eleita de São Paulo. Ao lado da definição de que não caberá ao partido a construção dos conselhos, mas estimulá-la, o PT convive com a generalização nas discussões sobre o tema.

O partido defende a idéia dos conselhos populares desde 82. Para Luiza Erundina, “houve um avanço muito grande nos últimos anos na questão da importância dos conselhos”. A afirmação é feita com o entusiasmo de quem aposta na viabilidade da tese. Mas a operacionalização do projeto ainda está distante.

É consensual, na equipe de governo de Erundina, que os conselhos populares devem ser autônomos em relação à Prefeitura e ao partido. “Vamos reconhecer as entidades, informá-las da situação da prefeitura e do nosso planejamento, mas é a popu-

lação organizada que vai constituir os conselhos”, diz Paulo Itacarambi, 34, futuro presidente da Anhembi Centro de Feiras e Congressos e um dos auxiliares mais próximos de Erundina na questão dos conselhos.

Apesar de respaldado pela prefeita eleita, Itacarambi prefere dar “opiniões pessoais” sobre o tema. Essa atitude de cautela é seguida por todos no partido - um reflexo de que, além do desejo de reforçar a “democracia direta”, não há um modelo teórico acabado para a questão dos conselhos.

Itacarambi faz a diferenciação entre os conselhos populares que serão estimulados pela futura administração e a criação de canais institucionais na estrutura de poder municipal. “Podemos, por exemplo, criar um conselho para atuar junto à administrações regionais. Quanto aos conselhos autônomos, só nos cabe respeitá-los na sua independência”, declara. (Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Baiano depena a prefeitura para sucessor

Durante a comemoração da formatura dos 134 estagiários de 1988 da Escola Superior de Guerra (ESG), no Riocentro, o fotógrafo Sérgio Marques, do jornal O Globo, foi agredido por soldados da Polícia da Aeronáutica, agentes de segurança da escola vestidos à paisana e um coronel do Exército não identificado, que trajava uniforme de gala. Sérgio Marques desmaiou e teve tremores no corpo por quase dez minutos, a poucos metros do local onde quatro ministros militares participavam de um coquetel.

Os agentes e soldados agrediram Sérgio Marques porque ele os fotografou quando empurravam quatro repórteres que haviam sido convidados pelos ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, a participar do coquetel, no primeiro andar do centro de convenções. O ministro Moreira Lima prometera dar entrevista após o coquetel.

Gravata

Assim que os dois ministros se afastaram das repórteres, vários agentes se aproximaram e um deles, o cabo da Aeronáutica Barcelos, agente de segurança lotado na ESG, começou a empurrá-las pelos ombros e pela cintura. Quando perceberam que eram fotografados, os agentes e soldados da Aeronáutica cercaram Sérgio. O soldado da Aeronáutica Clarindo, que vestia terno bege claro, imobilizou-o com uma gravata, enquanto os outros agentes arrancavam-lhe a máquina fotográfica e o cabo Barcelos velava o filme. Também foi apreendida a fita cassete da repórter Sílvia Noronha, da Rádio Globo.

Sérgio contou depois que um oficial do Exér-

cito aproximou-se e apertou-lhe o pescoço com força. O fotógrafo de O Globo desmaiou e ficou caído no chão, tremendo, próximo ao local onde a banda do Batalhão de Guardas entoava **Moonlight Serenade**, de Glenn Miller, o maestro que alegrava os soldados do Exército norte-americano na Segunda Guerra Mundial.

Como se nada anormal estivesse acontecendo, os garçons continuavam servindo canapés.

Procurado pelas repórteres quando Sérgio era agredido, o ministro Leônidas Pires Gonçalves negou-se a intervir. "Vocês devem ter feito alguma coisa, e isso não é uma coisa para o meu trabalho", disse. Além de Leônidas e de Moreira Lima, estavam no coquetel os ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e do Estado-Maior das Forças Armadas - ao qual está subordinada a ESG, almirante Valbert Lisieux de Medeiros. Também estava na solenidade o general da reserva Sílvio Frota, que em 1977, na crise da sucessão, foi demitido do Ministério do Exército pelo então presidente Ernesto Geisel.

"Equivoco"

O comandante da ESG, general Oswaldo Oli-va, lamentou o episódio e garantiu que "isso não vai mais acontecer".

O fotógrafo Sérgio Marques foi atendido no Hospital Miguel Couto. No diagnóstico assinado pelo ortopedista Clemente Rodrigues consta que ele sofreu contusões na região cervical e no hemitórax esquerdo. Marques relatou o caso para o detetive Albes, plantonista do Miguel Couto, que registrou a ocorrência na 16ª Delegacia (Barra). (JB - 15/12/88)

Fotógrafos agredidos por seguranças na ESG

Disposto a inviabilizar a administração de seu sucessor, o atual prefeito do município baiano de Coração de Maria, José Rogério, do PFL, vem recolhendo móveis, fogões e butijões de gás das escolas municipais e retirando até mesmo pneus novos e peças de ambulância de carros e tratores da Prefeitura.

A denúncia foi feita pelo prefeito eleito Ângelo Martins, do PMDB. Segundo ele, a ação retaliadora do atual prefeito já fez desaparecer um automóvel Del Rey de propriedade da Prefeitura. Até mesmo a alimentação dos presos foi suspensa pelo prefeito, segundo Ângelo Martins.

As creches do município deixaram de funcio-

nar tão logo foram conhecidos os resultados da eleição, reclamou o prefeito eleito de Coração de Maria, acrescentando que os cadeados dos portões dessas creches foram retirados, o que deixou os prédios "entregues à ação dos vândalos".

O pior, contudo, segundo a denúncia de Ângelo Martins, ainda está por vir. Nesse período final de sua administração, José Rogério encaminhou à Câmara Municipal vários projetos que arrasam as finanças do município. "Um dos projetos concedem um reajuste ao funcionalismo municipal da ordem de 1.500%, revelou Ângelo Martins, pedindo à Câmara que não aprove a proposta do prefeito. (JB - 12/12/88)

Confirmada divisão da Arquidiocese paulistana

O Vaticano acaba de confirmar a divisão da Arquidiocese de São Paulo em quatro dioceses autônomas (Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro e São Miguel Paulista) com a designação do cardeal arcebispo paulistano, d. Paulo Evaristo Arns, como metropolitano (responsável nos assuntos de fé e disciplina eclesial) pelas novas áreas diocesanas.

A divisão da Arquidiocese paulistana - que era até agora a maior do mundo católico e que continuará sendo a maior na Igreja do Brasil - foi comunicada ao cardeal Arns pelo prefeito (ministro) da Sagrada Congregação para os bispos, o cardeal africano d. Bernardin Gantin, em carta enviada de Roma em 5 de novembro passado, recebida em 10 de dezembro último e que foi divulgada em todas as paróquias arquidiocesanas nos dias 16 e 17.

Para completar a tramitação burocrática da divisão da Arquidiocese falta apenas a publicação, no diário oficial do Vaticano (publicado em latim, com

o título de "Acta Apostolicae Sedis"), dos decretos do papa João Paulo II formalizando a criação das quatro dioceses e designando os seus primeiros bispos. Isto pode ocorrer a qualquer momento.

Papel supletivo

Como metropolitano das novas dioceses, d. Paulo terá um papel supletivo. Embora responsável pela observância da "fé e disciplina" nas novas dioceses, ele não terá poderes - segundo o código de Direito Canônico - para intervir diretamente na pastoral das novas dioceses, chamadas canonicamente de "sufragâneas".

A palavra metropolitano vem de metrópole, que significa, etimologicamente, "cidade padrão". Ou seja, segundo a tradição romana, a cidade para a qual convergem outras cidades. (Folha de S. Paulo - 18/12/88)

Bispo exorta seus fiéis a não ler jornal

Proibido pela Secretaria de Esportes e Lazer de ofender outras religiões no culto promovido dia 18 no Maracanã, sob pena de cancelamento, o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, resolveu atacar a imprensa. "Os jornais gostam de deturpar o que pregamos aqui. Não comprem os jornais, não percam seu tempo lendo mentiras", pregou o pastor. Segundo a Suderj, cerca de 180 mil pessoas, vindas de todas as partes do estado em quase 3 mil ônibus, assistiram ao culto Santa Ceia da Renovação.

Por ter sido um encontro supostamente sem fins lucrativos, a Igreja Universal pagou à Suderj Cz\$ 1,5 milhão por despesas do estádio e taxa especial para cultos religiosos. Essa quantia seria pequena se todos os presentes atendessem ao pedido do pastor na hora da contribuição em dinheiro. "Se você crê que eu sou um homem de Deus, dê o máximo que puder. Se você pode dar Cz\$ 50 mil por que dar Cz\$10 mil? E, se você não tiver nada, não tem problema", afirmou Edir Macedo. Para ele, que mora há dois anos nos Estados Unidos, esse é o segredo da Universal.

Charlatanismo

A Igreja que está sendo investigada pela polícia civil a pedido do Procurador Geral do Estado,

Carlos Antonio Navega, sob acusação de estelionato, charlatanismo, curandeirismo e de ofender outros credos, também vem sendo questionada pelo Instituto Cristão de pesquisas, órgão que congrega representantes de todas as igrejas protestantes. O assistente de pesquisa do Instituto, Francisco Joaquim de Andrade, esteve no Maracanã e disse que estão sendo pesquisadas as seitas e os movimentos controversais dentro e fora do Brasil. "A Igreja Universal é uma igreja que explora a fé das pessoas e não se preocupa muito com a salvação da alma."

Segundo Francisco, o Instituto tem a finalidade de coibir o avanço de seitas que abusam da fé das pessoas dentro das igrejas evangélicas ou cristãs tradicionais. "Qualificamos as práticas empregadas para a salvação das pessoas na Universal, fora das palavras de Deus". O Instituto Cristão de pesquisas está apurando também se é verdade que pessoas estão sendo pagas para representar nas cerimônias de exorcismo, quando cegos começam a enxergar e paralíticos saem andando. Francisco Joaquim de Andrade afirmou que, para comprar a rádio Copacabana, a Igreja Universal cobrava dos fiéis em dólar. "Temos inclusive testemunhas, que chegaram a contribuir em dólar para a compra da rádio. Isto está totalmente fora dos ideais das igrejas evangélicas" (JB - 19/12/88)

Assine tempo e presença

Mineiros em greve querem piso de 5 mínimos

Praticamente todos os 6.500 empregados da Mineração Morro Velho, principal produtora de ouro do país, que fica em Nova Lima, MG, paralisaram suas atividades dia 19, no primeiro dia útil da greve deflagrada domingo, segundo o sindicato dos mineiros. Os grevistas reivindicam piso de cinco salários mínimos (Cz\$ 320 mil, a partir de 1º de janeiro, data-base da categoria).

A direção da Morro Velho negou que qualquer de suas oito unidades (sete minas e uma usina de ácido sulfúrico, localizadas em Nova Lima, Sabará, Caeté, Raposo e Rio Acima, todas as cidades da região metropolitana de Belo Horizonte) tivesse parado. Segundo o assessor da diretoria Armando de Castro, apenas 40% dos empregados aderiram à greve. Era diferente, no entanto, a avaliação do chefe de segurança da empresa, o delegado de polícia aposentado Murilo Ribeiro Junqueira, que calculou em apenas 25% o comparecimento ao trabalho.

Os grevistas reclamam das condições de trabalho nas minas da Morro Velho, em torno das quais formou-se e vive Nova Lima, há 154 anos. Na mina grande, eles trabalham a 840 metros de profundidade, à temperatura de 60 graus centígrafos. A descida demora uma hora e meia e os mineiros percorrem 3.800 metros. Segundo Elmo Gomes, assessor

do sindicato e ex-empregado da Morro Velho, demitido depois da greve de julho de 1986, de 230 mineiros, que fizeram exames de saúde entre julho e dezembro deste ano, 95% tinham silicose, 23% em grau adiantado, e oito acabaram se aposentando por invalidez. Segundo o sindicato, ocorreram este ano na Morro Velho 10 mortes por acidente de trabalho, mas a empresa confirma apenas quatro.

Controlada pelo grupo Bozano-Simonsen, proprietário de 100% das ações ordinárias (com direito a voto), e 51% das ações preferenciais (as restantes pertencem à empresa sul-africana Anglo-America), a Morro Velho foi responsável por 55% do ouro industrial produzido no país em 1987 e por 2% do total declarado, incluindo garimpos. Sua produção, que em 1985 foi de 5,4 toneladas, atingiu 8,2 toneladas em 1987, mantendo-se no mesmo nível este ano, segundo Armando de Castro. A principal mina é a Cuiabá, localizada nos municípios de Raposo e Sabará. Ela produz 1.500 toneladas de minério por dia, com teor médio de 7 gramas de ouro por tonelada.

Todas as minas têm reservas para pelo menos mais 15 anos, de acordo com Armando Castro. A Morro Velho produz ainda 300 toneladas de ácido sulfúrico por dia. (JB - 20/12/88)

Empresa mantém espões para reprimir trabalhadores

A empresa FRIGOBRÁS - CIA. BRASILEIRA DE FRIGORÍFICOS (A SADIA), uma das maiores do país no setor da alimentação (produção e exportação) possui seu esquema particular de SNI.

A denúncia veio a público pelo cabo da reserva da PM do Paraná Milton Gomes Pereira, que descontente com o salário pelos "serviços" que prestava se desentendeu com a empresa e resolveu abrir o jogo.

O cabo Milton foi contratado pela direção da SADIA de Toledo (empresa de 4000 funcionários no oeste do Estado do Paraná) para espionar o movimento sindical, a Igreja e os partidos políticos no município.

Foi através desse esquema que em junho de 1987 a empresa demitiu todos os funcionários que participavam da chapa de oposição ao sindicato da alimentação. O sindicato dos trabalhadores da alimentação é controlado pela direção da SADIA, mesmo após a demissão de todos os componentes

da chapa formou-se outra e a mesma foi impedida de concorrer e hoje quase todos os membros dessa chapa foram demitidos.

Esses fatos e outros são contados com detalhes pelo cabo Milton que tinha a tarefa de participar de reuniões de comunidades, da Pastoral Operária, do PT e outras e repassar através de dois relatórios por escrito semanalmente a direção da empresa todos os assuntos discutidos nas reuniões. O mesmo chegou a se filiar no PT - como ele mesmo conta - para facilitar seu trabalho e não desconfiança ou suspeitas.

A empresa nunca registrou o cabo Milton, tinha um esquema paralelo de pagamento para que ninguém suspeitasse do seu trabalho. Pela entrevista dada por cabo Milton a um jornal da região (que até agora não foi publicado) existe mais gente que faz o mesmo serviço para a SADIA, só que um não conhece o outro. (Comissão Pastoral Operária do Paraná)

D. Waldir Calheiros é ameaçado de morte

O bispo de Volta Redonda, Dom Waldir Calheiros, disse dia 18 ter sido procurado por dois policiais que o alertaram informando: "há um grupo que colocou sua cabeça na bandeja, vendendo a dólares a sua vida, e o executor já tem passaporte pronto para em seguida sair do país". A revelação foi feita em Volta Redonda, após um ato público de solidariedade ao bispo feita por cerca de três mil pessoas. Dom Waldir revelou ainda que, no dia 8 quase foi

vítima de uma emboscada no Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, no Centro da cidade. Participava de um seminário sobre desenvolvimento social no Clube de Engenharia quando foi alertado por um diretor do clube que três homens aguardavam sua saída para matá-lo. "O fato só não se consumou porque os diretores do clube providenciaram um esquema de segurança para minha saída", contou o bispo. (JB - 19/12/88)

Greve de Santos é legal mas não tem aumento

Por seis votos a dois, o Tribunal Reginal do Trabalho (TRT) considerou dia 19 legal a greve dos portuários de Santos, no litoral paulista, que começou dia 11. O TRT, entretanto, julgou improcedente a reivindicação dos trabalhadores, que exigem o pagamento de 38,24% como reposição salarial, relativos à diferença entre a URP e o IPC no período de junho a outubro deste ano. A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que administra o porto de Santos (o maior da América do Sul), deverá recorrer da decisão do TRT paulista, junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A Codesp havia solicitado a decretação da ilegalidade da greve, com base na Lei 4.330/64, a chamada Lei da Greve, e no Decreto-Lei 1.623/78, que define as atividades essenciais. Ocorre, porém, que com a promulgação da nova Constituição, em outubro passado, essa legislação ficou ultrapassada.

A nova Carta assegura aos trabalhadores de quaisquer atividades o direito de greve.

Para o juiz Vantuil Abdalla, do TRT, que votou pela ilegalidade da greve, não há contradição entre declarar legal o movimento e ao mesmo tempo julgar improcedente a reivindicação dos trabalhadores. Para o juiz Abdalla, são improcedentes as reivindicações dos portuários, porque as disposições legais sobre salários estabelecem que a convenção coletiva de trabalho tem validade por 12 meses, e assim eles deveriam exigir a reposição salarial somente na data-base da categoria (1º).

Dia 19, no porto de Santos - que está acumulando um prejuízo de Cz\$ 700 milhões por dia - estavam atracados 34 navios e outros 25 encontravam-se fundeados na barra. Espera-se para os próximos cinco dias a chegada de mais 40 navios. (JB - 20/12/88)

PM atira em grevista na Usina de Tubarão

Por pouco não se repete na Companhia Siderúrgica de Tubarão, situada ao Norte desta capital, a maior usina da América Latina, os episódios de Volta Redonda que resultaram na morte de três operários no último dia 9 de novembro: um soldado atirou na direção do metalúrgico Adison Fernandes da Silva, que fazia piquete na porta da empresa. "Quando vi a intenção do soldado, corri para dentro do mato e só ouvi os estampidos dos tiros.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Cariacica, que tem jurisdição sobre a área, solicitou ao comando da Polícia Militar do estado a punição do autor dos disparos, pedindo exame de ballística nos integrantes do Batalhão de Choque que estão postados junto aos portões da empresa. "Isso mostra até onde eles estão sendo incentivados para reprimir o movimento grevista dos trabalhado-

res. Entretanto, como ocorreu em Volta Redonda, não vão nos intimidar. Estamos parados para recuperar a perda salarial", comentou Tarcísio Celso Vieira Vargas, presidente do sindicato.

A greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica de Tubarão já dura três dias. Os trabalhadores justificam a paralisação porque a empresa recorreu ao TST para conseguir suspender o pagamento dos 26,6% do Plano Bresser, concedido pelo TRT. Dos 6.500 empregados da empresa somente 500 estão trabalhando fazendo a manutenção do alto-forno e da coqueria. É uma turma, com alguns reforços, de 500 metalúrgicos, que entrou na sexta-feira e foi dividida em dois grupos de 12 horas. Eles estão esgotados já que os turnos são de oito horas, cumpridos normalmente por 800 trabalhadores. (JB - 20/12/88)